

Allianz Saúde S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais em  
31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Diretores da  
Allianz Saúde S.A  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Allianz Saúde S.A ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Saúde S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Luciene Teixeira Magalhães

Contador CRC RJ-079849/O-3

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>NOTA</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>57.677</b>	<b>68.350</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	5	<b>27.200</b>	<b>35.413</b>
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>30.477</b>	<b>32.937</b>
Aplicações Financeiras	6	12.570	10.483
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	10.2	12.570	10.483
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	9.299	13.501
Prêmios a Receber		6.163	10.007
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		3.136	3.494
Despesas Diferidas		229	386
Créditos Tributários e Previdenciários	8	8.092	8.356
Bens e Títulos a Receber		285	204
Despesas Antecipadas		2	7
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>294.550</b>	<b>272.083</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>294.079</b>	<b>271.580</b>
Aplicações Financeiras	6	255.029	239.029
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	10.2	104.912	107.056
Aplicações Não Vinculadas		150.117	131.973
Créditos Tributários e Previdenciários	8	21.187	16.589
Depósitos Judiciais e Fiscais	11.1	17.863	15.962
<b>IMOBILIZADO</b>	9	<b>471</b>	<b>503</b>
Imobilizado de Uso Próprio		471	503
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>352.227</b>	<b>340.433</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO</b>	<b>NOTA</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>123.456</b>	<b>130.131</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10.1	94.163	105.019
Provisão de Prêmio		3.320	4.089
Provisão para Remissão		383	505
Provisão de Sinistros a Liquidar para o SUS		4.177	3.744
Provisão de Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços		27.903	32.445
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		58.380	64.236
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.980	2.997
Comercialização sobre Operações		1.974	2.892
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		6	105
Provisões		8.807	10.490
Provisão para Ações Judiciais	11.1	8.807	10.490
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	12	3.580	2.037
Débitos Diversos	13	14.926	9.588
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>21.655</b>	<b>18.136</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10.1	113	71
Provisão para Remissão		113	71
Provisões		21.542	18.065
Provisão para Ações Judiciais	11.1	21.542	18.065
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>14</b>	<b>207.116</b>	<b>192.166</b>
Capital Social		308.580	208.580
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.696	(189)
Prejuízos Acumulados		(103.160)	(16.225)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>352.227</b>	<b>340.433</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	NOTA	2017	2016
<b>PRÊMIOS GANHOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>518.044</b>	<b>443.728</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		514.914	446.262
Prêmios Retidos	15.1	514.066	445.699
Varição das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		848	563
Tributos Diretos de Operações com Planos Assistência à Saúde	15.2	3.130	(2.534)
<b>SINISTROS RETIDOS</b>	15.3	<b>(539.946)</b>	<b>(419.555)</b>
Sinistros Conhecidos ou Avisados		(545.802)	(434.651)
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados		5.856	15.096
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>(21.902)</b>	<b>24.173</b>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	15.5	2.002	5.133
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	15.5	(9.072)	2.142
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(10.010)	(5.455)
Redução ao Valor Recuperável		938	7.597
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(28.972)</b>	<b>31.448</b>
Despesas de Comercialização	15.4	(42.410)	(42.020)
Despesas Administrativas	15.6	(42.460)	(42.878)
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>		<b>28.234</b>	<b>39.944</b>
Receitas Financeiras	15.7	28.401	40.799
Despesas Financeiras	15.8	(167)	(855)
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	15.9	<b>(14)</b>	<b>(21)</b>
Receitas Patrimoniais		21	53
Despesas Patrimoniais		(35)	(74)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>(85.622)</b>	<b>(13.527)</b>
Impostos Diferidos	16	2.128	(705)
Participações sobre o resultado		(3.441)	(1.993)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(86.935)</b>	<b>(16.225)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.



**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(86.935)</b>	<b>(16.225)</b>
Varição no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Reconhecidos por Ativos Próprios	3.427	3.081
Efeitos Tributários	(1.542)	(1.215)
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>(85.050)</b>	<b>(14.359)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	<b>Capital /Patrimônio Social</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>500.415</b>	<b>(2.055)</b>	<b>(295.835)</b>	<b>202.525</b>
Aumentos de Capital	4.000	-	-	4.000
Redução Capital Social	(295.835)	-	295.835	-
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	1.866	-	1.866
Resultado do Exercício	-	-	(16.225)	(16.225)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>208.580</b>	<b>(189)</b>	<b>(16.225)</b>	<b>192.166</b>
Aumentos de Capital	100.000	-	-	100.000
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	1.885	-	1.885
Resultado do Exercício	-	-	(86.935)	(86.935)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>308.580</b>	<b>1.696</b>	<b>(103.160)</b>	<b>207.116</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO METODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimento de planos de saúde	531.114	458.700
(+) Resgate de aplicações financeiras	300.875	191.956
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	976	1.952
(+) Receitas financeiras - equivalente de caixa	2.527	3.846
(+) Outros recebimentos operacionais	9.604	5.484
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(549.911)	(426.957)
(-) Pagamento de comissões	(41.014)	(39.677)
(-) Pagamento de pessoal	(28.271)	(25.474)
(-) Pagamento de pró-labore	(319)	(545)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(4.193)	(11.318)
(-) Pagamento de tributos	(13.077)	(23.524)
(-) Pagamento de processos judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributários)	(1.547)	(783)
(-) Pagamento de aluguel	(1.909)	(1.393)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(277)	(47)
(-) Aplicações financeiras	(292.033)	(141.984)
(-) Outros pagamentos operacionais	(18.242)	(804)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(105.697)</b>	<b>(10.568)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado – Outros	146	378
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – Outros	(176)	(259)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(30)</b>	<b>119</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+) Integralização de capital em dinheiro	100.000	4.000
(-) Pagamento de participação nos resultados	(2.486)	(2.247)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>97.514</b>	<b>1.753</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(8.213)</b>	<b>(8.696)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa – Saldo Inicial</b>	<b>35.413</b>	<b>44.109</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa – Saldo Final</b>	<b>27.200</b>	<b>35.413</b>
Ativos Livres no Início do Período	131.973	90.799
Ativos Livres no Final do Período	150.117	131.973
Aumento nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	18.144	41.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Allianz Saúde S.A. (Seguradora), controlada da Allianz Seguros S.A., fundada em 2001, é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303, e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Seguradora opera com seguro saúde em grupo, cuja abrangência se dá em todo o território nacional.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Seguradora são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 418/2016.

#### 2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras individuais considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos a valor justo por meio do resultado.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

#### 2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos.

#### 2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras individuais é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

#### 2.4 Estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Aplicações Financeiras
- Nota 7 – Crédito das Operações com Planos de Assistência à Saúde (Provisão para Perda sobre Crédito)
- Nota 8 – Créditos tributários e previdenciários
- Nota 10 – Provisões técnicas
- Nota 11 – Depósitos e Provisões Judiciais

#### 2.5 Conclusão das demonstrações financeiras individuais

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2018.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

### 3.1 Apurações do resultado

O regime de apuração de resultado é o de competência. As receitas com prêmios de seguros e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da fatura ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da emissão e reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco, através da constituição da provisão de prêmios não ganhos (PPCNG).

### 3.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros aplicados pela Seguradora estão assim descritos:

#### 3.2.1 Caixa e equivalente a caixa

Incluem saldos em conta movimento sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor justo e não vinculados à cobertura de provisões técnicas ou dados em outras formas de garantia. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de compromissos de curto prazo.

#### 3.2.2 Valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

#### 3.2.3 Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros caracterizados pela intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

#### 3.2.4 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das duas categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

#### 3.2.5 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem substancialmente os "Créditos das Operações com Planos de Assistência à Saúde".

#### 3.2.6 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) as quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

#### 3.2.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam, substancialmente, obrigações com fornecedores e contas a pagar.

#### 3.2.8 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito de prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por *aging* para cada linha de negócio. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos. Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

### 3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

### 3.4 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por equipamentos e veículos. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

### 3.5 Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 no exercício para imposto de renda e a 20% sobre o lucro tributável para a contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados por ocasião das demonstrações financeiras e desreconhecidos em consonância à legislação vigente.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial.

### 3.6 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de operações de assistência à saúde estão classificadas conforme apresentado abaixo:

#### 3.6.1 Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPCNG

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPCNG) é constituída pela parcela do prêmio do seguro saúde, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método *pró-rata die* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

#### 3.6.2 Provisão para Remissão

É constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão por morte do segurado titular, que garante aos beneficiários inscritos na apólice a cobertura prevista nas Condições Gerais, sem o pagamento do prêmio correspondente. O desembolso é determinado com base em cálculos atuariais, observando o disposto na Resolução Normativa nº 393/15 da ANS.

A provisão é calculada individualmente por beneficiário considerando o período de remissão, o valor médio dos sinistros da carteira por plano e faixa etária. O valor resultante do cálculo é ajustado a valor presente utilizando-se a taxa de juros livre de risco (SELIC).

#### 3.6.3 Provisão de Sinistros a Liquidar para o SUS

A provisão é constituída com base nos pedidos de ressarcimento de despesas pelo uso do Sistema Único de Saúde – SUS, realizado por segurados conveniados da Seguradora. O reconhecimento ocorre no momento do recebimento do aviso, emitido pelo SUS.

A Seguradora analisa os casos individualmente e efetua o ressarcimento daqueles valores que efetivamente são devidos.

### 3.6.4 Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL

A Provisão de Sinistros a Liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data base das demonstrações financeiras individuais.

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor pedido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de contratos vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. Os desfechos judiciais cujos sinistros não estejam relacionados ao contrato são classificados como ação judicial. Caso um sinistro lançado inicialmente como provisão para ações judiciais for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização.

### 3.6.5 Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - PEONA

A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos, distribuídos pelas datas de movimento e ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados 36 períodos de desenvolvimento e agrupamento mensal.

### 3.7 Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras individuais, quando aplicável.

### 3.8 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios obrigatórios e espontâneos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação dos colaboradores nos lucros, conforme disposto nas Leis nº 10.101/00 e 12.832/13, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de desempenho interno e o alcance de metas, não estando desta forma, restrito ao resultado líquido apurado no exercício.

O rol de benefícios contempla ainda assistência médica ou seguro saúde, plano odontológico, auxílios alimentação, refeição, combustível, creche, casamento e natalidade, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, e são reconhecidas no resultado à medida que incorridas.

## 4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz, refletindo o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer* (CRO) que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos.

O CRO e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar o Perfil de Riscos da companhia. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem

permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações da Seguradora e também no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

#### 4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados.

O Comitê de Risco (RiCo) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e representantes do Grupo Allianz. Isto garante a completa independência do CRO e também mitiga potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO do Grupo Allianz e sua equipe de gestão de riscos corporativos do Grupo, uma linha indireta com o CEO e também uma linha direta com o Conselho de Administração.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:

- O Comitê de Ética avalia periodicamente a necessidade de atualização, reformulação, modernização e cumprimento do Código de Ética da Seguradora, que é a referência máxima da Seguradora e do Grupo Allianz na condução dos seus negócios;
- O Comitê de Reservas estabelece diretrizes gerais para o cálculo, constituição e manutenção de reservas nos níveis considerados necessários e prudentes e respeitando a regulamentação em vigor e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
- O Comitê de Investimentos estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora que busque maximizar a rentabilidade dos ativos, observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez, respeitando a regulamentação em vigor e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
- O Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora com evidenciação das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

#### 4.2 Risco de seguros – Saúde

Responsabilidades por sinistros de saúde são estimadas utilizando-se técnicas atuariais de projeção de sinistros. Esses métodos extrapolam o desenvolvimento de sinistros para cada ano com base no desenvolvimento observado nos anos anteriores. Na maioria dos casos, nenhuma premissa externa é adotada já que as projeções se baseiam em premissas internas no desenvolvimento histórico dos sinistros nos quais as projeções estão baseadas.

Os planos de saúde coletivos são aqueles pagos pelo empregador ou pelo empregado via contrato de trabalho. Riscos de crédito e variações nos preços praticados são monitorados constantemente pela área de subscrição através de avaliações financeiras das empresas empregadoras com interesse no produto e prováveis aumentos deliberados pelo órgão regulador.

##### 4.2.1 Análise de sensibilidade de sinistros

A técnica utilizada para análise de sensibilidade foi baseada nas práticas utilizadas para cenário de teste de estresse com base em simulações estocásticas. Cada percentual atribuído na análise de sensibilidade no quadro a seguir foi estabelecido conforme a referida metodologia.

	31.12.2017		
	Valor Contábil	Efeito na DRE e PL	Saldo
<b>Premissas - teste de estresse</b>			
Aumento de 5% nos sinistros	(547.169)	(27.358)	(574.527)
Redução de 5% nas receitas de ressarcimentos	7.223	(361)	6.862
	31.12.2016		
	Valor Contábil	Efeito na DRE e PL	Saldo
<b>Premissas - teste de estresse</b>			
Aumento de 5% nos sinistros	(439.520)	(21.976)	(461.496)
Redução de 5% nas receitas de ressarcimentos	19.965	(998)	18.967



## 4.2.2 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Observa-se principalmente os riscos de subscrição e riscos de reserva. Atualmente são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, aplica-se metodologia estocástica com cenários econômicos para a otimização e acompanhamento de reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente baseado em metodologias atuariais específicas.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo de planos, localização e redes de prestadores cadastrados.

## 4.3 Riscos financeiros

### 4.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito no qual a Seguradora está exposta se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente.

O Comitê de Riscos propõe limites de exposição a crédito em linha com o apetite de risco, aprovado pelo Comitê Executivo.

O Comitê de Investimentos é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do limite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê de Investimento determina que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos investido em títulos do governo brasileiro. Além disso, as composições dos fundos de investimento também são avaliadas do ponto de vista de risco de crédito pelas áreas internas da Seguradora e pelos bancos gestores dos fundos, observando a necessidade de concentração em ativos com melhor *rating* avaliado pelas agências competentes. Internamente, essas avaliações mensais são efetuadas tanto por métodos administrados pela área de riscos e controles internos da Seguradora como também por um sistema gerenciado pelo Grupo Allianz. A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber) e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o *credit score* dos segurados pessoas físicas e pessoas jurídicas durante o processo de aceitação ou não do risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

#### 4.3.1.1 – Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus *ratings*. Os títulos brasileiros foram baseados na avaliação da agência S&P (Standard & Poor's) que separa os títulos emitidos em moeda nacional em curto (B) e longo (BB) prazo.

Os prêmios a receber, classificados na rubrica “Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde” foram segregados em pessoa jurídica, utilizando *rating* individual das agências classificadoras (S&P) e *rating* soberano brasileiro (se não disponível), e pessoa física incluídos na categoria “sem classificação de *rating*”.

31.12.2017						
Agência Classificadora	S & P / Fitch	brAA; brAA-; brAA+; brAAA	brA; brA-; brA+; brA-1; brA-2; brA-3	brBB+; brBBB-; brBBB+; brC; brCC; brF1; brF2	Sem Classificação Rating	Total
	Atlantic	Aa1.br; Aa2.br; Aa3.br; Aaa.br	A1.br; A2.br; A3.br	Ba1.br; Baa3.br; BR- 1; BR-2; BR-3		
	MOODY'S					
	A.M Best Company	A+; A++	A; A-	B; B++; BB-		
<b>Disponíveis para venda</b>						
Títulos de renda fixa públicos		-	-	267.599	-	267.599
Fundos de investimentos - equivalente de caixa		1.888	409	163	23.879	26.339
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
Prêmios a receber		-	-	6.163	3.136	9.299
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>		<b>1.888</b>	<b>409</b>	<b>273.925</b>	<b>27.015</b>	<b>303.237</b>

31.12.2016

Agência Classificadora	S & P / Fitch Atlantic	brAA; brAA-; brAA+; brAAA	brA; brA-; brA+; brA-1; brA-2; brA-3	brBB+; brBBB-; brBBB+; brC; brCC; brF1; brF2	Sem Classificação Rating	Total
	MOODY'S	Aa1.br; Aa2.br; Aa3.br; Aaa.br	A1.br; A2.br; A3.br	Ba1.br; Baa3.br; BR- 1; BR-2; BR-3		
	A.M Best Company	A+; A++	A; A-	B; B++; BB-		
<b>Disponíveis para venda</b>						
Títulos de renda fixa públicos		-	-	249.512	-	249.512
<b>Fundos de investimentos - equivalente de caixa</b>		858	24.374	549	6.394	32.175
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
Prêmios a receber		-	10.007	-	3.494	13.501
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>		<b>858</b>	<b>34.381</b>	<b>250.061</b>	<b>9.888</b>	<b>295.188</b>

### 4.3.2 Riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos fornece para a área de *asset management* um relatório em que são considerados os valores de mercado de todos os ativos e os impactos nesses valores em caso de alteração na taxa de juros tanto na margem de solvência da Seguradora quanto em seu resultado financeiro.

Há outras considerações importantes que são analisadas pelo Comitê de Investimentos para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua de sensibilidade de juros. O Comitê de Investimentos também impõe limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

#### 4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, conseqüentemente, a rentabilidade do mesmo.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em fundos de investimentos e as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

Classes	Premissas	31.12.2017		
		Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
<b>Ativos públicos disponíveis para venda</b>				
Pré-fixado	Aumento de 4 p.p na taxa	122.890	(7.402)	115.488
Pós-fixados	Aumento de 4 p.p na taxa	144.709	-	144.709
<b>Outros-valor justo por meio do resultado</b>				
Fundos de investimentos - equivalente de caixa		26.339	-	26.339
<b>Totais</b>		<b>293.938</b>	<b>(7.402)</b>	<b>286.536</b>
Classes	Premissas	31.12.2016		
		Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
<b>Ativos públicos disponíveis para venda</b>				
Pré-fixado	Aumento de 4 p.p na taxa	20.597	(1.077)	19.520
Pós-fixados	Aumento de 4 p.p na taxa	228.915	-	228.915
<b>Outros-valor justo por meio do resultado</b>				
Fundos de investimentos - equivalente de caixa		32.175	-	32.175
<b>Totais</b>		<b>281.687</b>	<b>(1.077)</b>	<b>280.610</b>

#### 4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro.

A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

#### 4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco no curto prazo de que obrigações de pagamentos correntes ou futuros que não possam ser cumpridos ou cumpridos com condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de riscos e *asset management*, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente é feita a projeção do fluxo de caixa e é apurado o índice de liquidez a partir de cenários de *stress* e limites em conformidade com o apetite de risco.

#### 4.3.3.1 Exposição ao Risco de Liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

O percentual do total de ativos que deve ser aplicado por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê de Investimentos. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos da Seguradora.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo que pode ser corrigido por índices variados.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

31.12.2017					
Descrição	a vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Aplicações financeiras	-	12.570	183.215	71.814	267.599
Créditos das operações com planos de assistência à saúde	3.363	5.936	-	-	9.299
Bens e títulos a receber	-	45	-	-	45
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>30.563</b>	<b>18.551</b>	<b>183.215</b>	<b>71.814</b>	<b>304.143</b>
Provisões técnicas	-	94.163	113	-	94.276
Débitos das operações de assistência à Saúde	-	1.980	-	-	1.980
Débitos Diversos	5.784	9.142	-	-	14.926
<b>Total dos passivos</b>	<b>5.784</b>	<b>105.285</b>	<b>113</b>	<b>-</b>	<b>111.182</b>
31.12.2016					
Descrição	a vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Aplicações financeiras	-	10.483	-	239.029	249.512
Créditos das operações com planos de assistência à saúde	6.002	7.499	-	-	13.501
Bens e títulos a receber	-	60	-	-	60
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>41.415</b>	<b>18.042</b>	<b>-</b>	<b>239.029</b>	<b>298.486</b>
Provisões técnicas	-	101.275	3.815	-	105.090
Débitos das operações de assistência à Saúde	-	2.997	-	-	2.997
Débitos Diversos	3.310	6.278	-	-	9.588
<b>Total dos passivos</b>	<b>3.310</b>	<b>110.550</b>	<b>3.815</b>	<b>-</b>	<b>117.675</b>

A Administração considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é superior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

O fluxo de aplicações financeiras está apresentado por vencimento e, diante do alto grau de liquidez, os instrumentos financeiros podem ser alienados a qualquer momento, face as necessidades da Seguradora.

#### 4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas em fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Diante das suas características, os fundos de investimento foram classificados no ativo disponível como equivalente de caixa.

	31.12.2017					31.12.2016		
	até 1 ano	de 1 a 3	mais que 3	mais que 5	Total geral	até 1 ano	mais que 3	Total geral
		anos	anos	anos			anos	
Contas a Pagar e Tesouraria	(1)	-	-	-	(1)	2	-	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.110	12.108	9.952	159	23.329	319	519	838
Letras Financeiras (LF)	639	551	-	-	1.190	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	409	-	505	-	914	182	127	309
Debêntures	172	208	90	437	907	1.527	-	1.527
Quotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	29.499	-	29.499
<b>Totais</b>	<b>2.329</b>	<b>12.867</b>	<b>10.547</b>	<b>596</b>	<b>26.339</b>	<b>31.529</b>	<b>646</b>	<b>32.175</b>

#### 4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, excluindo desse conceito os riscos estratégico e reputacional e incluindo os riscos legais e de *compliance*.

A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Companhia.

A Seguradora possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, a Seguradora também possui processos para a coleta das mesmas que foi revisado para se adequar aos requerimentos do Grupo Allianz relacionados à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). Atualmente, a Seguradora utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

#### 4.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco de reputação é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora, entre os seus *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). Normas e políticas do Grupo devem ser seguidas por todas as empresas do mundo com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem também processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo que incluem considerações detalhadas de custos atuais e projetados, como também níveis de solvência durante o período do plano.

#### 4.6 Gestão de capital

O Grupo Allianz mantém um rigoroso controle da posição econômico-financeira da Seguradora. Os valores da margem de solvência e patrimônio líquido ajustado são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

**4.6.1 Cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência**

Calculada em consonância com as regras de transição, estabelecida no artigo 6º e no anexo VII da Resolução Normativa ANS nº 373/15, a margem de solvência e o patrimônio líquido ajustado estão assim apresentados:

	<u>31.12.2017</u>
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>207.116</b>
(-) Despesas diferidas	(229)
(-) Despesas antecipadas	(2)
Provisão para ações tributárias*	3.953
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b><u>210.838</u></b>
<b>Margem de Solvência</b>	
(A) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 36 meses	96.571
(B) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 60 meses	195.592
<b>(C) Maior entre (A) e (B)</b>	<b><u>195.592</u></b>
(D) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 12 meses	102.938
(E) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 36 meses	164.350
<b>(F) Maior entre (D) e (E)</b>	<b><u>164.350</u></b>
<b>X (Parcela mínima)</b>	<b><u>63,1%</u></b>
<b>(MS) Margem de Solvência**</b>	<b><u>179.971</u></b>
<b>Suficiência</b>	<b><u>30.867</u></b>

\* Conforme determinado pela RN nº 209 de 2009 e IN nº 50 de 2012 (DIOPE) - parágrafo único, aplica-se percentual regressivo sobre o montante registrado na rubrica "Obrigações legais", classificadas no passivo não circulante de 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2017 este percentual é de 30% sobre R\$ 13.178.

**5. DISPONIBILIDADES - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

A composição do caixa e bancos e equivalente de caixa está assim apresentada:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e Bancos	861	3.238
Fundos de Investimento - equivalente de caixa	26.339	32.175
<b>Totais</b>	<b><u>27.200</u></b>	<b><u>35.413</u></b>

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS****6.1 Composição e Hierarquia do valor justo**

A classificação e composição por categoria e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

		<u>31.12.2017</u>						
		Nível hierárquico						
		Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 a 5 anos	Acima 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	
<b>Disponíveis para Venda</b>		<b>12.570</b>	<b>242.453</b>	<b>12.576</b>	<b>267.599</b>	<b>100%</b>	<b>267.599</b>	<b>264.516</b>
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	10.783	-	10.783	4%	10.783	10.193
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	12.570	119.563	12.576	144.709	54%	144.709	144.648
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	-	112.107	-	112.107	42%	112.107	109.675
<b>Totais</b>		<b><u>12.570</u></b>	<b><u>242.453</u></b>	<b><u>12.576</u></b>	<b><u>267.599</u></b>	<b><u>100%</u></b>	<b><u>267.599</u></b>	<b><u>264.516</u></b>

31.12.2016

Nível hierárquico	31.12.2016			Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	
	Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 a 5 anos	Acima 5 anos				
Disponíveis para Venda	10.483	221.018	18.011	249.512	100%	249.512	
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	10.483	10.114	-	20.597	8%	20.597
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	-	210.904	18.011	228.915	92%	228.915
<b>Totais</b>	<b>10.483</b>	<b>221.018</b>	<b>18.011</b>	<b>249.512</b>	<b>100%</b>	<b>249.512</b>	

## 6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31.12.2016	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste TVM	Saldo em 31.12.2017
Disponíveis para venda	249.512	292.033	(300.875)	23.502	3.427	267.599
Valor Justo por meio de resultado*	32.175	277.590	(285.953)	2.527	-	26.339
<b>Totais</b>	<b>281.687</b>	<b>569.623</b>	<b>(586.828)</b>	<b>26.029</b>	<b>3.427</b>	<b>293.938</b>

	Saldo em 31.12.2015	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste TVM	Saldo em 31.12.2016
Disponíveis para venda	236.079	141.984	(161.956)	30.324	3.081	249.512
Mantido até o vencimento	29.027	-	(30.000)	973	-	-
Valor Justo por meio de resultado*	40.443	273.530	(285.644)	3.846	-	32.175
Outras Aplicações	976	-	(976)	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>306.525</b>	<b>415.514</b>	<b>(478.576)</b>	<b>35.143</b>	<b>3.081</b>	<b>281.687</b>

(\*) Fundos de Investimentos – equivalente de caixa

## 6.3 Taxa de juros contratada

Em 2017, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Seguradora totalizou R\$ 36.317 calculados a valor de mercado. Esta rentabilidade representa 11,21% ao ano, representando 111,96% da variação do CDI do período. No exercício de 2016 o retorno total auferido totalizou R\$ 40.186, relativos à taxa média contratada de 14,18% ao ano (101,19% do CDI do período).

## 7. PRÊMIOS A RECEBER

A composição dos prêmios a receber está assim demonstrada:

### 7.1 Prêmios a receber por vencimento

Descrição	31.12.2017				
	A vencer	Vencidos			Totais
		de 1 a 30 dias	de 31 a 90 dias	há mais de 90 dias	
Prêmio a receber	3.744	2.084	2.217	3.511	11.556
(-) Redução ao valor recuperável	-	(1.221)	(1.697)	(2.475)	(5.393)
<b>Prêmio a receber</b>	<b>3.744</b>	<b>863</b>	<b>520</b>	<b>1.036</b>	<b>6.163</b>
Participação dos Beneficiários em Sinistros	2.192	75	-	5	2.272
Outros créditos operações com planos	-	864	-	-	864
<b>Créditos de Operações com Planos de Saúde</b>	<b>5.936</b>	<b>1.802</b>	<b>520</b>	<b>1.041</b>	<b>9.299</b>

Descrição	31.12.2016				
	a Vencer	Vencidos			Totais
		de 1 a 30 dias	de 31 a 90 dias	há mais de 90 dias	
Prêmio a receber	6.002	3.025	2.560	4.750	16.337
(-) Redução ao valor recuperável	-	(2.018)	(1.714)	(2.598)	(6.330)
<b>Prêmio a receber</b>	<b>6.002</b>	<b>1.007</b>	<b>846</b>	<b>2.152</b>	<b>10.007</b>
Participação dos Beneficiários em Sinistros	-	435	50	1.997	2.482
Outros créditos operações com planos	-	22	-	990	1.012
<b>Créditos de Operações com Planos de Saúde</b>	<b>6.002</b>	<b>1.464</b>	<b>896</b>	<b>5.139</b>	<b>13.501</b>

**7.2 Movimentação dos prêmios a receber**

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<b>Prêmios pendentes no início do exercício</b>	<b>16.337</b>	<b>18.724</b>
Prêmios emitidos líquido	618.836	640.248
IOF	12.267	10.614
Cancelamentos	(104.770)	(194.549)
Recebimentos	(531.114)	(458.700)
<b>Prêmios pendentes no final do exercício</b>	<b>11.556</b>	<b>16.337</b>

**7.3 Movimentação da redução ao valor recuperável**

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>6.330</b>	<b>13.927</b>
Constituições	1.115	286
Reversões	(2.052)	(7.883)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>5.393</b>	<b>6.330</b>

**8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

A rubrica do Ativo circulante referente a créditos tributários e previdenciários está assim constituída:

<b>Curto Prazo</b>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Antecipação de IRPJ e CSLL	1.404	1.518
INSS a compensar	2.421	3.509
IOF à Restituir	1.725	0,00
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	2.542	3.329
	<b>8.092</b>	<b>8.356</b>

A rubrica do Ativo não circulante é composta pelos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias, e a movimentação destes está assim constituída:

	<u>Saldos em</u> <u>31.12.2016</u>	<u>Movimentação</u>	<u>Saldos em</u> <u>31.12.2017</u>
		<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>
<b>Imposto de Renda</b>			
Provisões para contingências fiscais e cíveis	6.556	7.276	(6.556)
Provisões para perdas	1.582	1.348	(1.582)
Provisões com funcionários	894	1.278	(1.019)
Outras provisões	42	726	(231)
Prejuízo fiscal	-	20.824	(20.824)
<b>Contribuição social</b>			
Provisões para contingências fiscais e cíveis	5.248	5.820	(5.248)
Provisões para perdas	1.267	1.079	(1.266)
Provisões com funcionários	714	922	(815)
Outras provisões	132	581	(185)
Base negativa	-	16.659	(16.659)
<b>Créditos tributários</b>	<b>16.435</b>	<b>56.513</b>	<b>(54.385)</b>
Créditos tributários de ajustes Ativos TVM	154	-	(1.542)
PIS e COFINS - Diferido	-	4.012	-
<b>Totais</b>	<b>16.589</b>	<b>60.525</b>	<b>(55.927)</b>

	Saldos em		Movimentação		Saldos em	
	31.12.2015		Constituição	Reversão	31.12.2016	
<b>Imposto de Renda</b>						
Provisões para contingências fiscais e cíveis	6.161		6.558	(6.163)	6.556	
Provisões para perdas	3.481		1.583	(3.482)	1.582	
Provisões com funcionários	1.004		894	(1.004)	894	
Outras provisões	49		41	(48)	42	
<b>Contribuição social</b>						
Provisões para contingências fiscais e cíveis	3.699		6.480	(4.931)	5.248	
Provisões para perdas	2.090		1.963	(2.786)	1.267	
Provisões com funcionários	602		916	(804)	714	
Outras provisões	54		151	(73)	132	
Base negativa	-		-	-	-	
<b>Créditos tributários</b>	<b>17.140</b>		<b>18.586</b>	<b>(19.291)</b>	<b>16.435</b>	
Créditos tributários de ajustes Ativos TVM	1.370		156	(1.372)	154	
<b>Totais</b>	<b>18.510</b>		<b>18.742</b>	<b>(20.663)</b>	<b>16.589</b>	

Em 2014 a Seguradora iniciou suas operações utilizando nova plataforma tecnológica, cujo objetivo foi a consolidação de seus sistemas operacionais e a consequente melhoria na capacidade de atendimento das diferentes demandas que o mercado segurador brasileiro exige. Os efeitos desta reestruturação operacional impactaram os resultados tributáveis da Seguradora e comprometeu a realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias.

Tendo em vista os preceitos contidos no CPC 32, a apresentação de histórico de perdas fiscais recentes enseja que o reconhecimento do ativo fiscal diferido deverá ser registrado na medida em que se tenha diferenças temporárias tributáveis suficientes ou existam outras evidências convincentes de que haverá disponibilidade de lucro tributável suficiente no futuro.

Diante deste cenário, e com base nas premissas abaixo, a Seguradora realizou um estudo técnico para demonstrar que haverá disponibilidade de lucro tributável para absorver os créditos tributários citados, quais sejam: (i) Projeções de resultados futuros utilizando premissas aprovadas pelo Grupo Allianz; (ii) Comparação entre as diferenças temporárias dedutíveis com lucro tributável futuro com objetivo de demonstrar a extensão em que o lucro tributável futuro será suficiente para a Seguradora deduzir os montantes resultantes da reversão dessas diferenças temporárias dedutíveis; e (iii) Desconsideração dos valores tributáveis advindos de diferenças temporárias dedutíveis que se espera que se originem em períodos futuros.

Com base no estudo realizado, evidenciou-se que a Seguradora apresenta uma capacidade de absorver os créditos tributários até o ano de 2023, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa do ano de realização	Valor
2018	2.904
2019	4.320
2020	1.889
2021	1.603
2022	949
2023	6.897
<b>Total</b>	<b>18.562</b>

## 9. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado está assim apresentada:

Descrição	Saldo residual				Saldo residual	Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada
	31.12.2016	Aquisições	Baixas	Depreciação			
Veículos	488	176	(160)	(46)	458	655	(197)
Equipamentos	15	-	-	(2)	13	225	(212)
<b>Totais</b>	<b>503</b>	<b>176</b>	<b>(160)</b>	<b>(48)</b>	<b>471</b>	<b>880</b>	<b>(409)</b>

  

Descrição	Saldo residual				Saldo residual	Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada
	31.12.2015	Aquisições	Baixas	Depreciação			
Veículos	767	259	(399)	(139)	488	750	(262)
Equipamentos	16	-	-	(1)	15	225	(210)
<b>Total</b>	<b>783</b>	<b>259</b>	<b>(399)</b>	<b>(140)</b>	<b>503</b>	<b>975</b>	<b>(472)</b>



**10. PROVISÕES TÉCNICAS****10.1 Provisões de Sinistros**

<b>31.12.2017</b>						
	Provisão para remissão	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhas	Provisão sinistros a liquidar	Provisão sinistros PEONA	Outras - Provisões ressarcimento SUS	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>576</b>	<b>4.089</b>	<b>32.445</b>	<b>64.236</b>	<b>3.744</b>	<b>105.090</b>
Sinistros avisados líquidos de glosa	-	-	551.521	-	1.504	553.025
Recuperação de sinistros	-	-	(7.223)	-	-	(7.223)
Constituição/(Reversão)	(80)	(769)	-	-	-	(849)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	-	(5.856)	-	(5.856)
Sinistros pagos	-	-	(548.840)	-	(1.071)	(549.911)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>496</b>	<b>3.320</b>	<b>27.903</b>	<b>58.380</b>	<b>4.177</b>	<b>94.276</b>

  

<b>31.12.2016</b>						
	Provisão para remissão	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhas	Provisão sinistros a liquidar	Provisão sinistros PEONA	Outras - Provisões ressarcimento SUS	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>1.058</b>	<b>4.171</b>	<b>24.923</b>	<b>79.332</b>	<b>3.572</b>	<b>113.056</b>
Sinistros avisados líquidos de glosa	-	-	453.570	-	1.046	454.616
Recuperação de sinistros	-	-	(19.965)	-	-	(19.965)
Constituição/(Reversão)	(482)	(82)	-	-	-	(564)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	-	(15.096)	-	(15.096)
Sinistros pagos	-	-	(426.083)	-	(874)	(426.957)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>576</b>	<b>4.089</b>	<b>32.445</b>	<b>64.236</b>	<b>3.744</b>	<b>105.090</b>

**10.2 Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas – seguros**

	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2016</b>
<b>Provisões técnicas para garantia</b>		
Provisões técnicas	94.276	105.090
<b>Ativos vinculados</b>		
Títulos de renda fixa - públicos vinculados	117.482	117.539
<b>Suficiência</b>	<b>23.206</b>	<b>12.449</b>
<b>Total aplicações livres</b>	<b>176.456</b>	<b>164.148</b>

**11. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS****11.1 Provisões judiciais**

	<b>Depósitos judiciais e fiscais</b>				<b>Provisões judiciais</b>				
	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldos em 31.12.2017	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31.12.2017
Fiscais	15.697	1.131	(144)	16.684	16.981	1.106	(789)	44	17.342
Cíveis	3	610	(3)	610	10.006	6.236	(4.383)	-	11.859
Trabalhistas	234	1.649	(1.329)	554	1.568	986	(1.406)	-	1.148
Sinistros*	28	5	(18)	15	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15.962</b>	<b>3.395</b>	<b>(1.494)</b>	<b>17.863</b>	<b>28.555</b>	<b>8.328</b>	<b>(6.578)</b>	<b>44</b>	<b>30.349</b>

	Depósitos judiciais e fiscais			Provisões judiciais					
	Saldos em 31.12.2015	Adições	Baixas	Saldos em 31.12.2016	Saldos em 31.12.2015	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31.12.2016
Fiscais	14.852	845	-	15.697	16.052	835	-	94	16.981
Cíveis	3	-	-	3	9.287	2.710	(1.991)	-	10.006
Trabalhistas	124	110	-	234	1.667	322	(421)	-	1.568
Sinistros*	15	28	(15)	28	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14.994</b>	<b>983</b>	<b>(15)</b>	<b>15.962</b>	<b>27.006</b>	<b>3.867</b>	<b>(2.412)</b>	<b>94</b>	<b>28.555</b>

\* Refere-se a processos judiciais de sinistros; a provisão encontra-se contabilizada na rubrica "Sinistros a liquidar".

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza cível e trabalhista.

As principais ações em curso, cujos montantes envolvidos são provisionados de acordo com os valores prováveis de desembolso, estão descritas abaixo:

## 11.2 INSS

### 11.2.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo 2001.61.00.031902-2)

Por meio dessa ação é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9876/99, que determina o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Allianz. A ação foi julgada improcedente, com o que foi interposto recurso de apelação, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Foi negado provimento ao recurso e opostos embargos de declaração, os quais foram acolhidos com efeitos infringentes, para dar parcial provimento ao recurso de apelação e afastar a incidência da contribuição previdenciária somente sobre os valores repassados aos médicos pelas operadoras de plano de saúde. Foi interposto recurso extraordinário pelo que, que foi julgado prejudicado. Diante dessa decisão, foi interposto agravo interno, o qual não foi conhecido. No momento, aguarda-se o trânsito em julgado da decisão.

### 11.2.2 Notificações fiscais

#### 11.2.2.1 Processos Administrativos nº 37.012.407-3 e 37.012.408-1

Esses processos versam sobre a exigência de contribuições previdenciárias referentes ao período de apuração de abril a julho e novembro de 2003 sobre valores que deveriam ter sido retidos dos pagamentos aos trabalhadores sem vínculo empregatício. A Allianz interpôs impugnação administrativa, julgada improcedente foi interposto recurso voluntário que aguarda julgamento.

#### 11.2.2.2 Processo Administrativo nº 37.012.406-5

Esse processo versa sobre a exigência de contribuições previdenciárias relativas ao período de apuração de abril a julho e novembro de 2003, sobre valores que deveriam ter sido retidos dos pagamentos aos trabalhadores sem vínculo empregatício. A Allianz interpôs impugnação administrativa que foi julgada parcialmente procedente. A Allianz optou por parcelar os débitos objeto do presente processo nos termos da Lei nº 11.941/09 e aguarda-se homologação da quitação do parcelamento.

## 11.3 Ações cíveis

Ações judiciais iniciadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas cujos pagamentos foram negados, seja pela inexistência de cobertura contratual ou pela inexistência do próprio contrato. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das indenizações e das despesas. Os montantes provisionados no curto prazo e longo prazo são respectivamente R\$ 8.056 e R\$ 3.803 (R\$ 9.066 e R\$ 940 em dezembro de 2016).

## 11.4 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Os montantes provisionados no curto prazo e longo prazo são, respectivamente, R\$ 750 e R\$ 398 (R\$1.574 e R\$ 93 em dezembro de 2016).

## 11.5 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica

“Provisão de Sinistros a Liquidar” e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros judiciais no exercício.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	2.488	819
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	3.671	929
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais haviam provisão constituída	1.851	283
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	363	411

## 12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
IOF e Contribuições Previdenciárias	1.362	-
Imposto de Renda Retido - IRRF	1.020	742
PIS e COFINS	334	612
Outros	864	683
<b>Total</b>	<b><u>3.580</u></b>	<b><u>2.037</u></b>

## 13. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	31.12.2017					31.12.2016					
	A Vencer - Dias					A Vencer - Dias					
	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total	Vencidos	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total
Fornecedores e outras obrigações	1.343	1.272	2.118	4.531	9.264	937	2.251	150	-	1.702	5.040
Obrigações trabalhistas	997	4.447	218	-	5.662	-	918	3.426	204	-	4.548
<b>Totais</b>	<b><u>2.340</u></b>	<b><u>5.719</u></b>	<b><u>2.336</u></b>	<b><u>4.531</u></b>	<b><u>14.926</u></b>	<b><u>937</u></b>	<b><u>3.169</u></b>	<b><u>3.576</u></b>	<b><u>204</u></b>	<b><u>1.702</u></b>	<b><u>9.588</u></b>

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**14.1- Capital social** - Subscrito e integralizado no valor de R\$308.580 (R\$208.580 em 31 de dezembro de 2016) está composto por 101.840.285 ações ordinárias (68.836.985 em 31 de dezembro de 2016) nominativas sem valor nominal.

Durante o exercício de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária, foram realizados os seguintes atos societários com propostas do Conselho de Administração para aumento de capital:

ATO SOCIETÁRIO	VALOR	APROVAÇÃO
31.05.2017	40.000	Aprovado - Jucesp 19.06.2017
31.10.2017	60.000	Aprovado – Jucesp 16.11.2017

**14.2 - Ajuste de avaliação patrimonial** - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2017 o montante registrado nessa rubrica é de R\$ 1.696 (R\$ (189) em dezembro de 2016).

**14.3 Prejuízos Acumulados** – Em 31 de dezembro de 2016 o saldo desta rubrica foi de R\$ 16.225, em 31 de dezembro de 2017 o prejuízo acumulado é de R\$ 103.160.

## 15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<b>15.1 Prêmios retidos</b>	<b><u>514.066</u></b>	<b><u>445.699</u></b>
Prêmios emitidos	618.836	640.248
Prêmios cancelados e restituídos	(104.770)	(194.549)

<b>15.2 Tributos diretos das operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>3.130</b>	<b>(2.534)</b>
COFINS operacional	2.692	(2.180)
PIS operacional	438	(354)
<b>15.3 Sinistros retidos</b>	<b>(539.946)</b>	<b>(419.555)</b>
Sinistros avisados	(553.025)	(454.616)
Recuperação de sinistros	7.223	19.965
Varição da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	5.856	15.096
<b>15.4 Despesas de comercialização</b>	<b>(42.410)</b>	<b>(42.020)</b>
Comissão sobre prêmio emitido/agenciamento	(42.410)	(41.842)
Outras despesas de comercialização	-	(178)
<b>15.5 Outras (despesas) / receitas operacionais</b>	<b>(7.070)</b>	<b>7.275</b>
Cobrança	2.002	1.673
Varição da provisão para riscos sobre créditos	938	7.597
Manutenção da rede credenciada	(5.066)	(2.521)
Provisão para contingência operacional	(3.645)	(1.859)
Encargos sociais de operações com seguros	(1.004)	(837)
Despesas com administração e cobrança de apólices	(155)	(48)
Material de produtos - Marketing	(140)	(190)
Baixa por ganho de ação fiscal	-	3.460
<b>15.6 Despesas administrativas</b>	<b>(42.460)</b>	<b>(42.878)</b>
Pessoal	(29.626)	(30.983)
Serviços de terceiros	(5.025)	(4.328)
Localização e funcionamento	(3.930)	(4.847)
Publicidade e propaganda	(953)	(27)
Taxa de Saúde Suplementar	(625)	(460)
Outras	(2.301)	(2.233)
<b>15.7 Receitas financeiras</b>	<b>28.401</b>	<b>40.799</b>
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	23.502	30.334
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.527	3.846
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	976	1.952
Juros Selic sobre impostos federais	507	1.638
Operações de seguros	889	2.056
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	973
<b>15.8 Despesas financeiras</b>	<b>(167)</b>	<b>(855)</b>
Despesa financeira com ação judicial	168	(94)
Operações Financeiras IOF	(202)	(421)
Outras despesas	(133)	(330)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(10)
<b>15.9 Resultado Patrimonial</b>	<b>(14)</b>	<b>(21)</b>
Receita na alienação de bens do ativo permanente	21	53
Despesa na alienação de bens do ativo permanente	(35)	(74)

**16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	<b>Saldos em</b>	<b>Saldos em</b>
	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2016</b>
Resultado antes dos impostos e após as participações	(89.063)	(15.520)
<b>Alíquotas nominais</b>		
IRPJ - 25%	22.266	3.880
CSLL - 20%	17.813	3.104
Efeito das (adições)/exclusões:		
Ajustes Permanentes	(936)	(1.277)
Provisões para contingências fiscais e cíveis	(1.293)	(711)
Provisões para perdas	422	3.418
Provisões com funcionários	(242)	198
Outras provisões	(547)	(55)
<b>Tributos diferidos correntes</b>	<b>37.483</b>	<b>8.557</b>
Créditos tributários sobre diferenças temporais	2.128	(705)
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(37.483)	(8.557)
<b>Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>2.128</b>	<b>(705)</b>

De acordo com a Resolução Normativa nº 518/16 o ato fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi constituído durante o exercício de 2017 em função da Seguradora não apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis, para fins de imposto de renda e contribuição social, nos últimos três exercícios, incluindo o exercício em referência.

**17. PARTES RELACIONADAS**

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, sua controladora Allianz Seguros, seus diretores e demais membros-chaves da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

A remuneração paga aos diretores, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, referentes a benefícios de curto prazo, totalizou em 31 de dezembro de 2017 R\$ 735 (R\$ 331 em 2016).

A Seguradora compartilha com a sua controladora Allianz Seguros S.A. certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Allianz Seguros são beneficiários de seguro-saúde emitido pela Seguradora; (b) os colaboradores da Seguradora são beneficiários de seguro de vida contratados junto à Allianz Seguros S.A.

Com as demais empresas relacionadas a Seguradora mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros saúde(S), prestação de serviços e serviços administrativos (P).

Partes relacionadas	Tipo	31.12.2017				31.12.2016			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg Brasil S.A.	S	-	-	1.171	-	-	-	943	-
Allianz SE	P	-	-	-	(688)	-	-	-	-
Allianz Global Benefits GMBH	P	-	-	-	(18)	-	-	-	(3)
Allianz do Brasil Participações Ltda.	S	-	-	21	-	-	-	-	-
Allianz Seguros S.A.	S/P	-	147	10.412	(1.692)	-	250	13.942	(1.603)
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A	S	68	-	963	-	-	-	785	-
AWP Service Brasil Ltda.	S	984	-	3.802	(1)	12	-	2.509	-
<b>Total</b>		<b>1.052</b>	<b>147</b>	<b>16.369</b>	<b>(2.399)</b>	<b>12</b>	<b>250</b>	<b>18.179</b>	<b>(1.606)</b>

**18. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS**

Determinadas normas, interpretações ou alterações serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018 ou exercícios posteriores. Para a preparação das referidas demonstrações financeiras a Administração não considerou a adoção das referidas normas e não pretende adotá-las de forma antecipada.

- CPC 48 – Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referendada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

• IFRS 16 – *Leasing*, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de arrendamentos. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Este pronunciamento altera de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. A IFRS 16 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

**A DIRETORIA:**

**ATUÁRIO:**

Almir Martins Ribeiro  
Atuário MIBA nº 707

**CONTADOR:**

Fernando Siqueira Alencar  
Contador CRC 1SP-213784/O-0

ALLIANZ SAÚDE S.A.  
CNPJ Nº 04.439.627/0001-02



www.allianz.com.br

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Allianz Saúde S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

### Indicadores de desempenho

Em 31 de dezembro de 2017, os prêmios retidos da Allianz Saúde totalizaram R\$ 514 milhões (R\$ 446 milhões em 2016), representando aumento de 15,3%. Os sinistros retidos totalizaram R\$ 540 milhões (R\$ 420 milhões em 2016), aumentados em 28,6% quando comparados ao exercício anterior.

Ao final de 2017, o prejuízo da Seguradora foi de R\$ 87 milhões (R\$ 16 milhões em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Allianz Saúde totalizou R\$ 207 milhões (R\$ 192 milhões em 2016), passando as ações representativas do capital social a ter o valor patrimonial de R\$ 2.033,73 por lote de mil ações.

### Relevância para o Grupo Allianz

O mercado de seguros saúde é considerado estratégico para o Grupo Allianz e a estratégia da Seguradora é de retomada de crescimento gradual e sustentável. Tal afirmação é confirmada nos investimentos realizados nos últimos exercícios. Por meio do Comitê Financeiro e de Risco do Grupo Allianz (*Group Finance and Risk Committee*), para os exercícios compreendidos entre 2014 a 2017, foram destinados aproximadamente R\$ 389 milhões que permitiram a manutenção da capacidade econômico-financeira da Seguradora, não esgotando a possibilidade de novos aportes, caso necessário.

Além dos investimentos, a Allianz Saúde está trazendo importantes inovações em seus processos e produtos.

### Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pela Diretoria por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos acionistas da Seguradora, devidamente registrado em ata na qual constará, entre outras informações e, caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado.

Aos acionistas fica assegurado, pela legislação societária, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

Em 31 de dezembro de 2017 a seguradora apresentou prejuízo de R\$87 milhões, registrados na rubrica Prejuízos Acumulados. A distribuição de dividendos não foi proposta.

### Planejamento estratégico

O planejamento estratégico tem como principal objetivo a busca da sustentabilidade econômico-financeira das operações através da excelência técnica operacional, utilizando para isto os recursos disponíveis de forma eficiente. As projeções financeiras e econômicas são determinadas utilizando-se diferentes fontes de informações, projeções do cenário econômico local, participação de mercado, estatísticas e necessidades dos segurados, permitindo crescimento sustentável à Seguradora.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.